

Comentário de desempenho

1S2025 



cielo

SENHORES ACIONISTAS,

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo” ou “Companhia”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Consolidado” ou “Grupo Cielo”), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como “COSIF”.

As Demonstrações Contábeis contemplaram os saldos das contas da Cielo; das controladas diretas e indiretas: Cateno, Servinet, Aliança, Paggo, Stelo e Cielo USA; e dos Fundos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (FICs). A apresentação gerencial denominada “Cielo Brasil” representa os resultados das empresas Cielo, Stelo, Aliança, Servinet e FIDCs estruturados pela Companhia.

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis, os ativos e passivos da controlada no exterior, originalmente denominados em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido da Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Cielo foram eliminadas integralmente nas Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os valores estão apresentados em milhões de reais, exceto onde indicado de outra maneira.

A Administração da Cielo tem a satisfação de apresentar as Demonstrações Contábeis e o Resultado do primeiro semestre de 2025.

Nesse semestre, seguimos investindo no nosso programa de transformação para criação de novas capacidades e geração de valor frente a um mercado desafiador, direcionando o resultado da Cielo.

Aceleramos o crescimento do volume capturado de cartões (TPV) e continuamos a observar ganhos em eficiência operacional, a exemplo da redução de despesas e ganhos no resultado financeiro, refletindo iniciativas e ações de melhorias implementadas ao longo dos últimos anos.

Nossa agenda de inovação e evolução da qualidade de produtos e serviços prestados ao varejo brasileiro segue avançando. Lançamos o “Vendeu, tá na conta” (DO), que garante aos nossos clientes o acesso ainda mais rápido aos recursos gerados pelas vendas de cartão de crédito e de débito, além de evoluções em soluções como o Conciliador, Extrato Digital e *Superlink*. Além disso, avançamos em soluções integradas como *Cielo Analytics*, *Open Finance* e PIX por aproximação.

Além dos avanços operacionais e estratégicos, o primeiro semestre também foi marcado por importantes reconhecimentos institucionais, refletindo o fortalecimento da nossa cultura organizacional e da reputação da marca Cielo. Pelo quarto ano consecutivo, fomos uma das vencedoras do Prêmio Ouvidorias Brasil 2024, reafirmando o nosso compromisso com a escuta ativa e a excelência no relacionamento com os nossos clientes. No *Ranking Empresas Mais*, promovido pelo Estadão, figuramos entre as cinco melhores empresas na categoria Governança Corporativa, que integra o *ranking* ESG da premiação. E, na Premiação Agilidade Brasil 2025 (*Agile Trends*), conquistamos o 1º lugar na categoria “Transformação”, reconhecimento que celebra a nossa jornada de evolução ágil e inovação contínua.

Esses resultados mostram a capacidade de adaptação da Cielo a um mercado dinâmico e desafiador como o de meios de pagamento.

Agradecemos ao empenho de todos os colaboradores e seguimos com o compromisso de excelência, inovação e geração de valor.

VOLUME FINANCEIRO DAS TRANSAÇÕES

No 1S25, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 441,9 bilhões.

Na Cateno, o volume financeiro de transações totalizou R\$ 216,0 bilhões no 1S25.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 5.306,7 milhões no 1S25.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 3.177,9 milhões no 1S25.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais totalizaram R\$ 1.134,7 milhões no 1S25.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro foi positivo e totalizou R\$ 220,0 milhões no 1S25.

RECURSOS HUMANOS

A Estratégia da Gestão de Recursos Humanos tem o objetivo de impulsionar a jornada do nosso time, gerando orgulho de pertencer e valor sustentável ao negócio, garantindo a geração de valor para os acionistas, para o nosso time e demais pessoas envolvidas na operação da Companhia. Essa geração de valor se dá por meio do alinhamento dos interesses dos *stakeholders*, da busca pela sustentabilidade do negócio e por meio da ótima gestão do capital humano envolvido na operação da Companhia.

Acompanhamos as transformações focadas no presente, com o olhar para o futuro, impulsionando a mudança de dentro para fora pelo nosso jeito de ser e fazer, engajando as pessoas colaboradoras e oferecendo aos nossos clientes internos e externos um serviço de excelência. Fazemos isso por meio da nossa Cultura e do nosso propósito de simplificar e impulsionar negócios para todas as pessoas, de modo que impacte positivamente a vida de cada pessoa colaboradora da Cielo. Isso ocorre por meio das nossas cinco competências: Empatia Assertiva, Ambição Transformadora, Senso de Dono, Colaboração e Senso de Urgência.

Cuidado com as Pessoas: Bem-estar como Pilar Estratégico da Cielo

Na Cielo, acreditamos que o bem-estar das pessoas é essencial para a construção de uma empresa sustentável e de alta performance. Por isso, investimos continuamente em iniciativas que promovem qualidade de vida, saúde integral e um ambiente emocionalmente seguro para o nosso time.

Nosso programa “**De Bem com a Vida**” é estruturado em três pilares fundamentais:

- **Saúde em Equilíbrio:** ações voltadas à saúde física e mental, nutrição, parentalidade e campanhas de prevenção;
- **Sempre em Movimento:** incentivo à prática de atividades físicas e parcerias com academias e instituições como o Sesc; e
- **Facilidades para Você:** iniciativas que tornam o dia a dia mais leve, como eventos culturais, parcerias, cafeterias e ações institucionais.

Além disso, conduzimos uma **Comunidade de Saúde Mental** e um **Grupo de Afinidade** dedicado ao tema, com encontros regulares e estratégias para fortalecer nossa cultura de cuidado e segurança emocional.

Essas ações têm gerado resultados concretos: 89% de favorabilidade na percepção de equilíbrio de vida e bem-estar, segundo nossa pesquisa interna de Experiência do Colaborador. O mesmo índice se repete na avaliação da Cielo como um ambiente emocionalmente saudável para se trabalhar.

Esse compromisso com o bem-estar é reconhecido externamente, com premiações como o **Prêmio Nacional de Qualidade de Vida** e o selo de **Empresa Psicologicamente Saudável** pelo Grupo Gestão RH.

Muito mais do que políticas e práticas, construímos todos os dias um ambiente onde cada pessoa se sinta valorizada, respeitada e capacitada. Somos um time que cuida e acolhe todas as pessoas.

No final de junho de 2025, o Grupo Cielo contava com 7.107 pessoas colaboradoras, dos quais 204 eram estagiários.

As ações da Cielo com foco na promoção do desenvolvimento sustentável são norteadas pela Política de Sustentabilidade e Impacto, a qual orienta a Companhia para a implementação de uma agenda de práticas ambientais, sociais e de governança (ASG).

A implementação dessa agenda tem como propósito compatibilizar o sucesso do negócio a longo prazo e a construção de uma sociedade justa, o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente, por meio da geração de valor compartilhado.

Para que a Companhia gere valor e desenvolvimento sustentável com o seu modelo de negócios, estruturamos o Plano Estratégico de Sustentabilidade, que estabelece diretrizes para:

- Operações sustentáveis: adotar práticas de sustentabilidade que promovam valor socioambiental ao negócio;
- Impacto com o negócio: gerar valor compartilhado com clientes, fortalecendo o portfólio com soluções ASG; e
- Desenvolvimento socioambiental: alavancar o impacto socioambiental pela inclusão socioprodutiva e pela regeneração ambiental.

Tais diretrizes se materializam por meio de compromissos e ações nas seguintes frentes de atuação:

- Sustentabilidade corporativa;
- Negócios sustentáveis;
- Agenda de impacto;
- Diversidade, equidade e inclusão; e
- Ecoeficiência das operações.

Os objetivos estratégicos de sustentabilidade se desdobram em ações ligadas a diferentes frentes da Companhia, sejam com impactos que gerem mudanças nas operações, sejam em oportunidades de geração de valor compartilhado pelo modelo de negócio, ou ainda em sua atuação social para transformação do contexto em que o negócio opera.

A execução do planejamento é acompanhada pela Diretoria de Gente, Gestão e Performance, com reporte à Diretoria Executiva, e apoiada por Fóruns de Assessoramento.

Cabe destacar a Estratégia de Diversidade, Equidade e Inclusão, estruturada, visando incorporar a prática e promoção do tema na representatividade e na cultura da Companhia, em linha com os atributos culturais necessários para alavancar o negócio. Assim, foram estabelecidos seis compromissos que contemplam aspectos ligados à identidade de gênero, raça e etnia, deficiência e LGBTQIAPN+.

No primeiro trimestre de 2022, a Cielo anunciou metas de representatividade que objetivavam tornar o quadro de colaboradores mais diverso e representativo. As metas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, e até o final de 2025, o número de mulheres no quadro geral deverá representar 45% do total, enquanto 42% dos cargos de liderança deverão ser ocupados por mulheres. Além disso, os profissionais negros e indígenas deverão corresponder a 35% do efetivo, ao passo que 22% dos cargos das lideranças deverão ser ocupados por profissionais negros e indígenas.

A Cielo possui uma Estratégia Climática que orienta as ações quanto à governança climática, gestão de riscos e oportunidades, contabilização de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), metas e engajamento com a cadeia de valor. Cabe destacar que nossa taxonomia para a gestão de riscos climáticos está alinhada com as recomendações da *Task Force on Climate related Financial Disclosures* (TCFD), iniciativa que busca a elaboração e implementação de recomendações para a divulgação e análise de riscos e oportunidades relacionadas às questões climáticas.

Ainda, os aspectos e impactos ambientais de nossas operações são avaliados e monitorados pelo nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado pela norma ISO 14001. As emissões residuais de GEE de escopo 1 e 2 são compensadas por meio de créditos de carbono de projetos que evitam a emissão de gases de efeito estufa a partir de ações voltadas para a conservação florestal e/ou eficiência energética.

Anualmente, a Cielo publica o seu Relatório Integrado, instrumento pelo qual apresenta informações sobre a performance e os impactos de seu modelo de negócio, estruturando as informações financeiras em sinergia com os aspectos ambientais, sociais e de governança. A publicação oferece uma ampla visão estratégica da Cielo, seu modelo de negócio e geração de valor e está disponível em <https://www.cielo.com.br/sustentabilidade/central-de-downloads/>.

DESTAQUES ASG

Cielo apoia projeto que usa IA para ampliar segurança e prevenção a fraudes no Pix



Solução desenvolvida no LIFT combina dados do Banco Central e *machine learning* para criar *score* de confiabilidade das chaves Pix e democratizar o acesso a modelos antifraude.

Saiba mais: <https://blog.cielo.com.br/institucional/projeto-score-chave-pix/>

Cielo é maquininha oficial do Festival de Parintins 2025



Com soluções de pagamento e apoio ao empreendedor local, a Cielo fortalece a sua presença na Amazônia durante uma das maiores festas culturais do país.

Saiba mais em: <https://blog.cielo.com.br/institucional/festival-de-parintins-2025/>

A governança corporativa é um valor para a Cielo, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para uma performance sustentável. Para tanto, a Cielo adota, de maneira voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, evidenciando o comprometimento da Cielo e de seus administradores com o melhor interesse de seus acionistas.

A maximização de sua eficiência e a criação de valor de longo prazo traduz-se por meio de diversas iniciativas adotadas pela Companhia ao longo dos anos, as quais definem os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Cielo. Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu sua Política TPR, que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvessem potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre os referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral, e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de governança corporativa e de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, deve ser composto por no mínimo 07 (sete) e no máximo 12 (doze) membros, os quais não exercem função executiva na Cielo. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Cielo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar a sua gestão. Atualmente, a Diretoria Executiva da Cielo é composta por, no mínimo 02 (dois) e, no máximo, 11 (onze) membros e exerce a administração geral da Cielo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Cielo às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 06 (seis) Comitês de Assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria Executiva possui 07 (sete) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de *Environmental, Social and Governance* ("ESG"), Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Diversidade, Fórum de Produtos e Fórum de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados.

O Conselho Fiscal da Cielo está atualmente instalado para supervisionar as atividades da Administração e é composto por 04 (quatro) membros titulares e 04 (quatro) membros suplentes.

AGRADECIMENTOS

Motivados pelo que conquistamos nos períodos anteriores, mantemo-nos cientes dos desafios e oportunidades que se apresentam no mercado de pagamentos e empenhados no propósito de construir uma empresa cada vez melhor.

Agradecemos toda a dedicação do nosso time e a confiança de nossos clientes, acionistas e parceiros.

Informamos que, para o primeiro semestre de 2025, o Grupo Cielo contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da Cielo na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que não possui serviços não relacionados à auditoria externa contratados com os auditores independentes até 30 de junho de 2025. Informações adicionais sobre honorários de auditoria são disponibilizadas no Formulário de Referência.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes
ao trimestre e semestre
findos em 30 de junho de 2025 e relatório dos
auditores independentes
sobre as Demonstrações Contábeis
(*IFRS*)

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis	2
Balancos patrimoniais.....	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado.....	14
1 Contexto operacional.....	15
2 Informações materiais da política contábil	15
3 Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	22
4 Caixa e equivalentes de caixa	23
5 Instrumentos financeiros	23
6 Fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”)	24
7 Contas a receber operacionais	25
8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos.....	26
9 Imobilizado	28
10 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar	29
11 Intangível	30
12 Contas a pagar a clientes.....	31
13 Empréstimos e financiamentos	31
14 Outras obrigações.....	32
15 Riscos tributários, cíveis e trabalhistas.....	33
16 Patrimônio líquido.....	35
17 Lucro líquido por ação	38
18 Receita líquida.....	38
19 Gastos por natureza	39
20 Compromisso.....	40
21 Gastos com pessoal	40
22 Resultado financeiro	41
23 Gestão de riscos.....	41
24 Transações e saldos com partes relacionadas.....	47
25 Informações por segmento de negócio	49
26 Itens que não afetam o caixa.....	51
27 Cobertura de seguros.....	51



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Cielo S.A. – Instituição de Pagamento
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento em 30 de junho de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e apresentação das Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta mediante a captura, o processamento e a liquidação das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito

Veja as Notas nº 2.6, 7, 12 e 18 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia efetua a captura, o processamento e a liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito, que são a base para o reconhecimento das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo de captura, processamento e liquidação das transações, que pode impactar os valores registrados nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles chave relacionados à captura, ao processamento e à liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito.</p> <p>Para as Contas a receber de emissores, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações.</p> <p>Para as Contas a pagar a estabelecimentos, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações, assim como testes de liquidação subsequente para os saldos em aberto na data-base.</p> <p>Para as contas de receita operacional bruta efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro, liquidação das transações e devido reconhecimento da receita, assim como recálculos globais das receitas com comissões e das receitas com antecipações de recebíveis.</p> <p>Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis consolidadas descritas nas notas explicativas nº 2.6, 7, 12 e 18.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos apresentados nas linhas de Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida (Controlada - Cateno Gestão de Pagamentos S.A.)

Veja a Nota Explicativa nº 11 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito na nota explicativa nº 11, os valores de ativos intangíveis com vida útil definida (Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard), classificados nas demonstrações contábeis consolidadas em conta específica, cuja realização está suportada por meio do “Fluxo de Caixa Descontado” baseado no plano de negócios preparado pela Administração. Devido à relevância do saldo e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do ativo intangível registrado nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Com o suporte técnico dos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados nos últimos estudos anuais de avaliação do valor recuperável, utilizado pela administração, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como a razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos nestes estudos. O estudo vigente para essa avaliação é o que foi realizado no primeiro semestre de 2025. Adicionalmente, comparamos a projeção de lucro apresentada pela administração nestas últimas avaliações anuais efetuadas com o desempenho econômico e financeiro da Controlada no semestre findo em 30 de junho de 2025.</p> <p>Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis consolidadas descritas na nota explicativa nº 11.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Provisão para créditos incobráveis

Veja as Notas nº 7 e 26 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e nº 26, os principais riscos de crédito aos quais a Companhia está exposta são: (i) os valores a receber de emissores, (ii) o risco dos subcredenciadores não realizarem a liquidação dos valores para os estabelecimentos comerciais, (iii) os valores de <i>chargeback</i>, estorno ou cancelamento quando já houve a realização da liquidação dos recebíveis ou aquisição dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais em vendas diferidas e (iv) o não pagamento do aluguel dos terminais de captura utilizados pelos estabelecimentos comerciais.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles internos considerados relevantes e relacionados com a análise de risco de crédito dos emissores, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais, assim como da elaboração e aprovação da metodologia de provisão para créditos incobráveis.</p> <p>Efetuamos, por amostragem, testes relacionados à atribuição do rating para os emissores de acordo com a norma interna vigente e à análise de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores.</p>

<p>Para endereçamento desses riscos, além da análise de crédito e avaliação da necessidade de apresentação de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores, efetuadas através de monitoramento contínuo das contrapartes, a Companhia, conforme nota explicativa nº 7, constitui provisão para créditos incobráveis. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de <i>ratings</i> e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações.</p> <p>Devido à relevância do saldo no contexto das demonstrações contábeis consolidadas e o grau de julgamento considerado nas estimativas utilizadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos os dados, tais como data de vencimento, dias em atraso e atribuição de <i>rating</i>, utilizados no cálculo da provisão e, com base na metodologia de mensuração da provisão para perdas esperadas sobre contas a receber, recalculamos os saldos contábeis provisionados nas demonstrações contábeis consolidadas.</p> <p>Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 7 e 26, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a provisão para créditos incobráveis e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.</p>
---	---

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

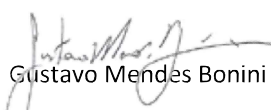
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6


Gustavo Mendes Bonini
CRC 1SP296875/O-4

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Balancos patrimoniais levantados em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.553.778	1.361.042	Contas a pagar a clientes	12	80.277.182	81.842.095
Ativos financeiros		95.838.406	98.937.847	Contas a pagar com partes relacionadas	24	590.409	496.125
Contas a receber operacionais	7	94.710.180	97.780.427	Empréstimos e financiamentos	13	3.189.454	3.105.827
Contas a receber de partes relacionadas	24	991.220	1.038.744	Fornecedores	6	205.919	136.228
Outros valores a receber	7	137.006	118.676	Obrigações com cotas senior FIDC	10	628.813	5.195.065
Despesas pagas antecipadamente		322.901	266.238	Arrendamentos a pagar	14	5.095	5.896
Impostos antecipados e a recuperar		1.403.037	1.190.166	Outras obrigações	14	757.980	904.285
Total do ativo circulante		99.118.122	101.755.293	Impostos e contribuições a pagar	8	167.849	257.427
				Dividendos a pagar		3.415.000	3.820.000
				Total do passivo circulante		89.237.701	95.762.948
Não circulante				Não circulante			
Ativos financeiros		281.594	292.186	Empréstimos e financiamentos	13	7.451.821	4.498.339
Instrumentos financeiros	5	140.278	172.274	Obrigações com cotas de fundos de investimento		81.554	70.127
Outros valores a receber	7	27.086	30.610	Arrendamentos a pagar	10	15.446	17.506
Depósitos judiciais	15	114.230	89.302	Outras obrigações	14	25.839	14.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.108.985	1.210.174	Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	140.631	315.031
Imobilizado	9	776.218	873.026	Total do passivo não circulante		7.715.291	4.915.473
Bens de direito de uso	10	16.402	18.894				
Intangível	11	8.312.368	8.498.020	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		10.495.567	10.892.300	Capital social	16	5.700.000	5.700.000
				Reserva de capital	16	10.646	10.646
				Ações em tesouraria	16	(50)	(50)
				Outros resultados abrangentes	16	498.226	499.716
				Reservas de lucros	16	3.710.692	3.039.521
				Atribuído a:			
				Participação de acionistas controladores		9.919.534	9.249.853
				Acionistas não controladores		2.741.163	2.719.319
				Total do patrimônio líquido		12.660.697	11.969.172
Total do ativo		109.613.689	112.647.593	Total do passivo e patrimônio líquido		109.613.689	112.647.593

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas do resultado

Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Trimestre		Semestre	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receita líquida	18	2.714.790	2.479.117	5.306.727	5.042.341
Custo dos serviços prestados	19	(1.613.362)	(1.437.292)	(3.177.865)	(2.848.527)
Lucro bruto		1.101.428	1.041.825	2.128.862	2.193.814
Receitas (despesas) operacionais					
Pessoal	19	(387.279)	(336.794)	(773.284)	(699.675)
Cerais e administrativas	19	(107.729)	(103.991)	(222.844)	(207.107)
Vendas e marketing	19	(92.949)	(43.827)	(152.570)	(76.945)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(66.002)	(49.153)	14.022	(173.243)
Lucro operacional		447.469	508.060	994.186	1.036.844
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	88.123	49.734	223.544	120.790
Despesas financeiras	22	(418.895)	(277.694)	(814.340)	(679.511)
Rendimento de cotas FIDCs e Antecipação de Recebíveis	22	412.764	315.556	842.337	687.551
Variação cambial, líquida	22	(10.984)	(1.695)	(31.576)	(5.058)
		71.008	85.901	219.965	123.772
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		518.477	593.961	1.214.151	1.160.616
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	8	(160.113)	(145.438)	(301.368)	(282.418)
Diferidos	8	(10.668)	11.561	(100.431)	160.712
Lucro líquido do período		347.696	460.084	812.352	1.038.910
Atribuído a:					
Acionistas controladores		276.374	385.606	671.171	888.939
Acionistas não controladores		71.322	74.478	141.181	149.971
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	17	<u>0,10358</u>	<u>0,14295</u>	<u>0,25155</u>	<u>0,32974</u>
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	17	<u>0,10358</u>	<u>0,14218</u>	<u>0,25155</u>	<u>0,32797</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes
Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	Trimestre		Semestre	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do período	347.696	460.084	812.352	1.038.910
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(149)	378	(438)	494
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	1.538	(80)	641	(550)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado				
Benefício pós-emprego	-	-	(1.500)	-
Movimentações do período	1.389	298	(1.297)	(56)
Resultado abrangente total	349.085	460.382	811.055	1.038.854
Atribuído a:				
Acionistas controladores	277.570	385.904	669.874	889.048
Acionistas não controladores	71.515	74.478	141.181	149.806

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros							Total do patrimônio líquido		
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Retenção de lucros	Outros Resultados abrangentes		Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.700.000	62.205	(94.989)	1.140.000	4.976.754	-	497.389	12.281.359	2.703.493	14.984.852
Ações restritas outorgadas	-	11.018	-	-	-	-	-	11.018	-	11.018
Transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(25.285)	25.285	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio adicionais	-	-	-	(410.000)	-	-	-	(410.000)	-	(410.000)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	888.939	-	888.939	149.971	1.038.910
Destinação sobre o lucro líquido do período:										
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	(390.999)	-	(390.999)	-	(390.999)
Outros resultados abrangentes:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	494	494	-	494
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	(385)	(385)	(165)	(550)
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(142.460)	(142.460)
Saldos em 30 de junho de 2024	5.700.000	47.938	(69.704)	1.140.000	4.566.754	497.940	497.498	12.380.426	2.710.839	15.091.265
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.700.000	10.646	(30)	1.140.000	1.899.521	-	499.716	9.249.853	2.719.319	11.969.172
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	671.171	-	671.171	141.181	812.352
Outros resultados abrangentes:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	(438)	(438)	-	(438)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	448	448	193	641
Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)	-	(1.500)
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(119.530)	(119.530)
Saldos em 30 de junho de 2025	5.700.000	10.646	(30)	1.140.000	1.899.521	671.171	498.226	9.919.534	2.741.163	12.660.697

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	30/06/2025	30/06/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.214.151	1.160.616
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	458.423	440.392
Baixas e provisões/(reversões) para perdas de imobilizado e intangível	9, 10 e 11	26.334	38.551
Ações restritas outorgadas		-	11.018
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	19	66.350	116.505
Provisão líquida para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(136.827)	20.118
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	574.498	257.156
Amortização de custos de emissão de dívidas	13	1.814	614
Despesa financeira sobre arrendamento	10	637	724
Aumento/(redução) nos ativos operacionais:			
Contas a receber operacionais		3.003.897	7.515.283
Contas a receber com partes relacionadas		47.524	23.129
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(24.928)	(160.713)
Impostos antecipados e a recuperar		(212.871)	(272.822)
Depósitos judiciais		101.189	(9.803)
Outros valores a receber		(14.806)	(3.042)
Despesas pagas antecipadamente		(56.663)	(103.711)
Instrumentos financeiros		31.996	7.212
(Redução)/aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		69.691	(58.019)
Impostos e contribuições a pagar		(264.686)	58.719
Contas a pagar a clientes		(1.564.913)	(1.401.841)
Contas a pagar com partes relacionadas		213.814	4.584
Dividendos a pagar		-	177.047
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	15.a)	(37.573)	(30.938)
Arrendamentos a pagar		182	2.277
Outras obrigações		(244.336)	(200.526)
Caixa gerado nas atividades operacionais		3.252.897	7.592.530
Imposto de renda e contribuição social pagos		(226.691)	(230.777)
Caixa gerado nas atividades operacionais		3.026.206	7.361.753
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de bens de direito de uso	10	(182)	(1.349)
Aquisições de imobilizado de uso	9	(79.434)	(231.724)
Aquisições de intangível	11	(120.189)	(139.176)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(199.805)	(372.249)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Captação de empréstimos	13	5.695.531	9.744.118
Pagamento de principal de empréstimos	13	(2.735.000)	(13.845.397)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	13	(10.919)	-
Juros pagos	13	(488.815)	(274.827)
Aumento de participação de terceiros no FIDC		215.174	361.031
Amortização de cotas de terceiros no FIDC		(4.781.426)	(2.444.567)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(524.530)	(741.147)
Arrendamentos pagos	10	(3.680)	(3.581)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento		(2.633.665)	(7.204.370)
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		192.736	(214.866)
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo final	4	1.553.778	1.039.298
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa no exterior		(1.019)	5.201
Saldo inicial	4	1.361.042	1.254.164
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		192.736	(214.866)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas do valor adicionado
Para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	30/06/2025	30/06/2024
Receitas			
Vendas de serviços	18	5.949.708	5.706.223
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	19	(66.350)	(116.505)
		5.883.358	5.589.718
Insumos adquiridos de terceiros			
Gastos com serviços prestados		(2.594.404)	(2.281.563)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(368.428)	(294.220)
Outros gastos, líquidos		91.559	(19.462)
(Perda) recuperação na realização de ativos	19	(11.187)	(37.277)
		(2.882.460)	(2.632.522)
Valor adicionado bruto		3.000.898	2.957.196
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	(458.423)	(440.392)
Valor adicionado líquido produzido		2.542.475	2.516.804
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras, incluindo antecipação de recebíveis e variação cambial líquida		1.034.306	803.283
Valor adicionado total a distribuir		3.576.781	3.320.087
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		(802.484)	(730.210)
Remuneração Direta		(484.026)	(449.357)
Benefícios		(158.700)	(132.887)
FGTS		(38.836)	(34.511)
Participação de colaboradores e administradores no resultado	21	(120.922)	(113.455)
Impostos, taxas e contribuições		(1.140.641)	(873.343)
Federais		(1.050.814)	(770.445)
Estaduais		(107)	(97)
Municipais		(89.720)	(102.801)
Remuneração de capitais de terceiros		(821.304)	(677.624)
Aluguéis		(7.749)	(5.081)
Juros		(817.212)	(654.526)
Outras		3.657	(18.017)
Remuneração de capitais próprios		(812.352)	(1.038.910)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(119.530)	(123.609)
Dividendos e juros sobre o capital próprio do período		-	(417.361)
Retenção de lucros		(551.641)	(347.969)
Acionistas não controladores		(141.181)	(149.971)
Valor adicionado distribuído		(3.576.781)	(3.320.087)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. - Instituição de Pagamento (“Companhia”, “Grupo Cielo” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como a emissão e gestão de contas de pagamentos.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3” até 26 de agosto de 2024, quando a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) deferiu a conversão do registro de companhia aberta da categoria “A” para a categoria “B”, e junto com as suas subsidiárias integram os grupos Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) e Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”).

As Controladas Diretas e Indiretas da Companhia e Controladas em conjunto (“*joint venture*”), que junto à Cielo também são designadas como “Grupo Cielo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.

Evento significativo do semestre

- Em 08 de maio de 2025, após aprovação pelo Conselho de Administração, ocorreu a 8ª emissão de debêntures simples no montante de R\$ 3 bilhões, com vencimento em 08 de maio de 2029 e juros remuneratórios baseados no CDI + 0,54% a.a., com pagamentos semestrais.

2 Informações materiais da política contábil

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 14 de agosto de 2025.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.2 Base de elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A controlada Cielo USA Inc ("Cielo USA") tem como moeda funcional dólar norte-americano.

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas, os saldos patrimoniais da controlada Cielo USA, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais dos fundos de investimentos são reconhecidas "*pro rata temporis*", considerando os seus prazos de vencimento.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.6 Ativos e passivos financeiros

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo.

2.7 Contas a receber operacionais e contas a pagar a clientes

Contas a receber operacionais

(a) Contas a receber emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras. Os saldos são apresentados líquidos das taxas de intercâmbio.

(b) Contas a pagar a estabelecimentos

Referem-se às obrigações da Companhia com os estabelecimentos comerciais credenciados, relativas às transações realizadas com cartões (débito/crédito).

2.8 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.9 Intangível

O intangível é composto por ativos incorpóreos adquiridos ou desenvolvidos internamente, utilizados na operação da Companhia.

- **Adquiridos separadamente**

Registrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é linear com base na vida útil estimada.

- **Gerados internamente**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados, quando atendem aos critérios contábeis.

A vida útil, o valor residual e o método de amortização são revisados anualmente, com efeitos contabilizados prospectivamente.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para identificar indícios de perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor do que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.10 Combinação de negócios

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.11 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado por seu custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste por redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste por redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor contábil.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.12 Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

São calculados com base no lucro tributável do exercício, constituído às alíquotas de 15% (IRPJ), considerando adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (anualmente). A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças entre os ativos e passivos para fins fiscais e correspondentes a valores apresentados nas Demonstrações Contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Contábeis e aplicáveis quando o respectivo Imposto de Renda e Contribuição Social forem realizados. O prazo de recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisado semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.13 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se ao plano de contribuição definida do qual a Companhia é copatrocinadora. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. As contribuições são reconhecidas como despesa no período em que os serviços são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Companhia possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.14 Provisões para contingências

Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita e existe a probabilidade com base nas análises do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo para saída de recursos e o valor da obrigação puder ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada exercício, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

2.15 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo circulante na rubrica " Sociais e estatutárias", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às Demonstrações Contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas Demonstrações Contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido.

2.16 Operações de arrendamento

Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato a valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência de perda), quanto à sua recuperabilidade.

Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir:

Mensuração do passivo de arrendamento

Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Companhia.

Prazo de arrendamento

A Companhia reconhece os contratos de arrendamento considerando o prazo original e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor.

Taxa de juros incremental de financiamento

Para calcular o valor justo dos contratos, a Companhia considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento.

Depreciação/amortização do ativo de direito de uso

A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato, sendo reconhecida sua a depreciação/amortização de maneira sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do contrato.

2.17 Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo semestralmente.

3 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as informações da Companhia, de suas Controladas e dos fundos de investimento. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as informações contábeis das Controladas são ajustadas para adequar as suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo Cielo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Cielo são eliminados integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Para as Controladas e fundos de investimento (FIDCs e FICs), foi aplicado o conceito da consolidação, o qual trata os investimentos em Controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de acionistas não controladores.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo Cielo era composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)	
	30/06/2025	31/12/2024
Participação em Controladas e fundos de investimentos:		
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99
BB Coral Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa LP Crédito Privado ("Coral")	100,00	100,00
Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Pegasus ("Pegasus")	85,34	90,99
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	93,37	94,34
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores II ("FIDC Emissor II")	100,00	12,74
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa – em moeda nacional	1.550.247	1.356.466
Caixa e equivalentes de caixa – em moeda estrangeira	3.531	4.576
Total	<u>1.553.778</u>	<u>1.361.042</u>

Os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa possuem rentabilidade por meio de aplicações automáticas, compromissadas e *time deposit* contratadas nos bancos de movimento, com liquidez diária e baixa probabilidade de mudanças significativas de valor.

5 Instrumentos financeiros

a. Ativos mensurados pelo custo amortizado

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos são compostos por:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo amortizado	140.278	172.274
Títulos públicos	9.566	-
Letras Financeiras - LFT	9.566	-
Títulos privados	130.712	172.274
Letras Financeiras - LF	130.712	172.274
Total	<u>140.278</u>	<u>172.274</u>

b. Passivos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo Cielo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. O Grupo Cielo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Critério de mensuração	Valor Justo	
		30/06/2025	31/12/2024
Ativos			
Contas a receber operacionais	Custo amortizado	94.710.180	97.780.427
Instrumentos financeiros			
Instrumentos financeiros	Custo amortizado	140.278	172.274
Outros valores a receber	Custo amortizado	164.092	149.286
Total de ativos financeiros		95.014.550	98.101.987
Passivos			
Contas a pagar a clientes	Custo amortizado	80.277.182	81.842.095
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	10.641.275	7.604.166
Fornecedores	Custo amortizado	205.919	136.228
Obrigações com cotas FIDC e de fundos de investimento	Custo amortizado	710.367	5.265.192
Outras obrigações	Custo amortizado	783.819	918.755
Arrendamento a pagar	Custo amortizado	20.541	23.402
Total de passivos financeiros		92.639.103	98.789.838

A Companhia aplica a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e a IFRS 13 - Mensuração ao valor justo. Os ativos e passivos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da hierarquia.

As metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Para as operações compromissadas lastreadas em debêntures, o valor justo é calculado pela cotação atual disponibilizada em mercados organizados de bolsa. Para aplicações em CDB e fundos de investimento, o valor justo é apurado a partir das taxas de juros atualizadas do DI disponibilizadas no mercado por meio de órgãos oficiais (como B3 e BACEN), e a partir dos valores atualizados das cotas divulgados no site da CVM, respectivamente.
- **Empréstimos e financiamentos:** Para os empréstimos e financiamentos, o valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e juros até o vencimento, com as taxas de mercado.
- **Contas a pagar e recebíveis:** Contas a receber operacionais, Contas a pagar a clientes, Outros valores a receber, Fornecedores e Outras obrigações estão apresentados pelos valores das liquidações previstas nas datas de vencimento.
- **Fundos de investimento em direitos creditórios:** O valor da cota do fundo é um indicador adequado ao valor justo.

6 Fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”)

Os FIDCs têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Fundos

Fundo	Início das atividades	Condomínio (a)	Prazo	Rendimentos (b)	Índice mínimo de subordinação	Situação
FIDC NP	05/08/2016	Aberto e exclusivo	Indeterminado	-	-	Ativo
FIDC Plus	28/07/2017	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	20,0%	Ativo
FIDC Emissor II	13/05/2021	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	9,1%	Ativo

(a) Restrito a investidores profissionais.

(b) Frequência do pagamento dos rendimentos das cotas seniores.

Os direitos creditórios dos FIDCs são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno ("TIR") dos contratos, pelo critério "pro rata temporis". A taxa interna de retorno é calculada com base no valor de aquisição, valor de face e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Todos os fundos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01 e pela Resolução CVM nº 175/22, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Estrutura e composição dos fundos

	30/06/2025			
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	55.953.488	592.507	592.507	-
FIDC Plus	3.368.944.809	9.487.205	8.858.392	628.813
FIDC Emissor II	3.488.797	619.210	619.210	-
Total	3.428.387.094	10.698.922	10.070.109	628.813
	31/12/2024			
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	48.891.764	1.582.358	1.582.358	-
FIDC Plus	2.688.829.828	11.034.600	10.409.848	624.752
FIDC Emissor II	4.984.950	5.237.729	667.416	4.570.313
Total	2.742.706.542	17.854.687	12.659.622	5.195.065

7 Contas a receber operacionais

	30/06/2025	31/12/2024
Contas a receber operacionais	94.710.180	97.780.427
Outros valores a receber	164.092	149.286
Total	94.874.272	97.929.713
Circulante	94.847.186	97.899.103
Não Circulante	27.086	30.610

O Contas a receber operacionais corresponde ao fluxo de recebíveis decorrentes das transações realizadas com cartões feitas pelos portadores, já líquido das cessões.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024:

	Trimestre	
	30/06/2025	30/06/2024
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	518.477	593.961
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(176.282)	(201.947)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	-	67.294
Benefício fiscal de P&D	7.162	-
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(1.661)	776
Imposto de Renda e Contribuição Social	(170.781)	(133.877)
Correntes	(160.113)	(145.438)
Diferidos	(10.668)	11.561

	Semestre	
	30/06/2025	30/06/2024
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.214.151	1.160.616
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(412.811)	(394.609)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	-	272.340
Benefício fiscal de P&D	11.672	1.275
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(660)	(712)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(401.799)	(121.706)
Correntes	(301.368)	(282.418)
Diferidos	(100.431)	160.712

b. Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis. Os créditos estão classificados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos – ativo

	30/06/2025	31/12/2024
Provisão para riscos	49.495	108.571
Provisão para despesas diversas	356.245	341.822
Provisão para remuneração variável	43.010	78.560
Prejuízo fiscal e base negativa	569.313	587.237
Provisões para perdas	90.922	93.984
Total	1.108.985	1.210.174

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para riscos	108.545	108.100
Provisão para despesas diversas	447.162	294.053
Provisão para remuneração variável	62.650	96.749
Prejuízo fiscal e base negativa	561.080	519.635
Provisões para perdas	95.013	95.200
Total	<u>1.274.450</u>	<u>1.113.737</u>

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações, perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. Os créditos sobre prejuízo fiscal com as Controladas serão realizados de acordo com a rentabilidade de cada empresa, não excedendo o prazo de 10 anos e os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação às provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 15.

Segue a expectativa de realização do crédito tributário por exercício:

	<u>30/06/2025</u>
2025	569.162
2026	103.468
2027	108.905
2028	124.213
2029	157.203
2030 a 2034	46.034
Total	<u>1.108.985</u>

Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social, líquidos de antecipações	92.018	147.050
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	43.795	47.971
Imposto sobre Serviços – ISS	15.511	15.922
Programa de Integração Social - PIS	9.109	10.050
Outros tributos a recolher	7.416	36.434
Total	<u>167.849</u>	<u>257.427</u>

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

9 Imobilizado

	30/06/2025					31/12/2024
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.808.638	(1.069.752)	(28.321)	710.565	799.479
Equipamentos de processamento de dados	20	228.106	(190.944)	-	37.162	45.774
Máquinas e equipamentos	10 - 20	8.440	(4.735)	-	3.705	3.132
Instalações	10	46.704	(26.827)	-	19.877	19.176
Móveis e utensílios	10	4.440	(2.129)	-	2.311	2.449
Veículos	20	4.179	(1.581)	-	2.598	3.016
Total		2.100.507	(1.295.968)	(28.321)	776.218	873.026

Segue a movimentação do imobilizado nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024:

	31/12/2024	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	30/06/2025
Equipamentos de captura de transações	799.479	71.691	(13.393)	(147.212)	710.565
Equipamentos de processamento de dados	45.774	4.146	-	(12.758)	37.162
Máquinas e equipamentos	3.132	997	(2)	(422)	3.705
Instalações	19.176	2.573	-	(1.872)	19.877
Móveis e utensílios	2.449	27	-	(165)	2.311
Veículos	3.016	-	-	(418)	2.598
Total	873.026	79.434	(13.395)	(162.847)	776.218

	31/12/2023	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	30/06/2024
Equipamentos de captura de transações	723.099	223.249	(35.074)	(138.959)	772.315
Equipamentos de processamento de dados	65.919	4.231	(186)	(16.319)	53.645
Máquinas e equipamentos	2.213	1.123	(19)	(471)	2.846
Instalações	19.045	2.505	(673)	(2.051)	18.826
Móveis e utensílios	3.454	5	(545)	(163)	2.751
Veículos	3.009	611	(18)	(368)	3.234
Total	816.739	231.724	(36.515)	(158.331)	853.617

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

10 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar

Segue a movimentação do ativo de bens de direito de uso, compostos por aluguéis de imóveis com prazo médio de 5 anos, nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.719
Adições	1.349
Amortização	(3.239)
Baixas	1.714
Saldo em 30 de junho de 2024	21.543
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.894
Adições	182
Amortização	(2.674)
Baixas	-
Saldo em 30 de junho de 2025	16.402

Segue a movimentação do passivo de arrendamento, constituído pelas obrigações devidas ao arrendador durante o prazo de utilização dos imóveis, para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.900
Registro de contratos de arrendamento a pagar	257
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(24)
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	2.044
Pagamento de aluguel	(3.581)
Despesa financeira	724
Saldo em 30 de junho de 2024	26.320
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.402
Registro de contratos de arrendamento a pagar	225
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(43)
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	-
Pagamento de aluguel	(3.680)
Despesa financeira	637
Saldo em 30 de junho de 2025	20.541
Circulante	5.095
Não circulante	15.446

Cronograma de saldos a apropriar dos arrendamentos:

Ano	
2025	3.469
2026	6.552
2027	6.552
2028	5.603
Acima de 5 anos	460
Total	22.636
Juros do Ajuste a Valor Presente	(2.095)
Passivo de Arrendamento	20.541

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

11 Intangível

	30/06/2025	31/12/2024
Ágio na aquisição de investimentos	25.966	25.966
Outros ativos intangíveis (a)	8.286.402	8.472.054
Total	8.312.368	8.498.020

a. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	30/06/2025				31/12/2024	
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido	Líquido
Direito de exploração - Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(3.985.911)	-	7.586.089	7.778.956
Software (b)	20	1.922.957	(1.214.444)	(8.274)	700.239	693.024
Outros	08 - 20	74	-	-	74	74
Total		13.495.031	(5.200.355)	(8.274)	8.286.402	8.472.054

- (a) **Direito de exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Companhia e a BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard, na qualidade de Instituição de Pagamento.
- (b) **Software** - Referem-se a softwares adquiridos de terceiros e desenvolvidos internamente, utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes.

Segue a movimentação do intangível nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024:

	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortizações	30/06/2025
Direito de exploração - Arranjo Ourocard	7.778.956	-	-	(192.867)	7.586.089
Software	693.024	120.189	(12.939)	(100.035)	700.239
Outros	74	-	-	-	74
Total	8.472.054	120.189	(12.939)	(292.902)	8.286.402

	31/12/2023	Adições	Reversões	Amortizações	30/06/2024
Direito de exploração - Arranjo Ourocard	8.164.688	-	-	(192.867)	7.971.821
Software	618.215	139.176	(3.350)	(85.955)	668.086
Outros	474	-	(400)	-	74
Total	8.783.377	139.176	(3.750)	(278.822)	8.639.981

As despesas com depreciação do imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas "Despesas gerais e administrativas" e "Custo dos serviços prestados" na demonstração do resultado.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

12 Contas a pagar a clientes

Em 30 de junho de 2025, o saldo de Contas a pagar a clientes é de R\$ 80.277.182 (R\$ 81.842.095 em 31 de dezembro de 2024). Esse saldo corresponde aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos.

Adicionalmente, a Companhia também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema o pagamento dos recursos das transações de cartões.

13 Empréstimos e financiamentos

	30/06/2025	31/12/2024
Debêntures públicas	10.641.275	7.604.166
Total	10.641.275	7.604.166
Circulante	3.189.454	3.105.827
Não circulante	7.451.821	4.498.339
Total	10.641.275	7.604.166

Debêntures Públicas

Em outubro de 2022, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000, com vencimento em 20 de setembro de 2025. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 1,20% a.a., com pagamentos semestrais.

Em dezembro de 2024, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 4.500.000, com vencimento em 17 de dezembro de 2027. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 0,54% a.a., com pagamentos semestrais.

Em maio de 2025, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000, com vencimento em 08 de maio de 2029. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 0,54% a.a., com pagamentos semestrais.

Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação às operações financeiras de emissão das Debêntures Públicas.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Segue a movimentação dos empréstimos e financiamentos para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.730.931
Novas captações	9.744.118
Pagamento de principal	(13.845.397)
Juros provisionados e encargos apropriados	257.156
Juros pagos	(274.827)
Amortização de custos de emissão de dívidas	614
Saldo em 30 de junho de 2024	3.612.595

Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.604.166
Novas captações	5.695.531
Pagamento de principal	(2.735.000)
Juros provisionados e encargos apropriados	574.498
Juros pagos	(488.815)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(10.919)
Amortização de custos de emissão de dívidas	1.814
Saldo em 30 de junho de 2025	10.641.275

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

Ano de vencimento	30/06/2025	31/12/2024
2027	4.500.000	4.500.000
2029	2.959.854	-
Total de empréstimos e financiamentos	7.459.854	4.500.000
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(8.033)	(1.661)
Total	7.451.821	4.498.339

14 Outras obrigações

	30/06/2025	31/12/2024
Passivo circulante:		
Provisão para gastos operacionais (a)	366.996	466.100
Programa de participação nos resultados - PPR	120.922	233.742
Provisões sobre folha de pagamento	190.501	137.486
Outros valores a pagar	79.561	66.957
Total	757.980	904.285
Passivo não circulante:		
Provisões sobre folha de pagamento	23.224	11.286
Outros valores a pagar	2.615	3.184
Total	25.839	14.470

(a) O saldo de provisão para gastos operacionais é composto por *fees* com parceiros comerciais, além de gastos relacionados à operação da Companhia.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

15 Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo Cielo, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e em sua experiência referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024, como segue:

	31/12/2024	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária (reversão)	Pagamentos	30/06/2025
Tributárias (a)	256.074	8.681	(149.183)	(32.638)	-	82.934
Trabalhistas (b)	38.800	20.547	(9.702)	2.441	(14.283)	37.803
Cíveis (c)	20.157	26.151	(6.011)	2.887	(23.290)	19.894
Total	315.031	55.379	(164.896)	(27.310)	(37.573)	140.631

	31/12/2023	Adições	Baixas/ reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30/06/2024
Total	326.229	67.077	(49.084)	2.125	(30.938)	315.409

Depósitos judiciais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo Cielo mantém depósitos judiciais, cujos saldos estão assim demonstrados:

	30/06/2025	31/12/2024
Tributários (a)	84.860	36.575
Trabalhistas (b)	21.871	30.457
Cíveis (c)	7.499	22.270
Total	114.230	89.302

(a) Processos tributários

A Companhia discute em juízo divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, materializadas em autos de infração, bem como a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Entre as teses que compõem a provisão para riscos tributários da Companhia, destaca-se a seguinte:

- **PIS/COFINS – exclusão do ISSQN** – A Companhia impetrou Mandado de Segurança com liminar deferida em junho/2017, afastando a incidência do ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS. Após a apreciação de agravo de instrumento interposto pela União Federal, sobreveio sentença confirmando os termos da liminar em janeiro/2018. Após interposição de recursos por parte da União Federal, o processo encontra-se suspenso de julgamento do Tribunal Regional da 3ª Região até que se conclua o julgamento do Recurso

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Extraordinário nº 592.616/RS, submetido ao rito de repercussão geral em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

No primeiro semestre de 2025, com base na opinião dos assessores legais, a Companhia reverteu provisão no montante de R\$ 181 milhões, referente ao ISS incidente sobre a receita de terceiros, no contexto do fluxo financeiro dos arranjos de pagamentos e que estava sendo provisionado.

(b) Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas propostas por ex-colaboradores do Grupo Cielo e de seus fornecedores. Em geral, nessas ações são discutidos temas como a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

(c) Processos cíveis

Referem-se, substancialmente, à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

Passivos contingentes classificados como perda possível

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tributárias	1.862.528	2.013.967
Trabalhistas	420.949	333.065
Cíveis	544.748	518.291
Total	<u>2.828.225</u>	<u>2.865.323</u>

A Companhia é parte em processos discutidos na esfera administrativa que, pela natureza de sua discussão e entendimento jurisprudencial sobre a matéria, não apresentam classificação do risco de perda como provável. As principais discussões estão elencadas abaixo:

- **Contribuição Previdenciária** – Exigência de Contribuição Previdenciária sobre valores distribuídos aos colaboradores a título de participação nos resultados da Companhia e das opções de compra de ações ("Plano de ações restritas"), referente aos anos de 2015 a 2020 no montante de R\$ 326.826; e
- **IRPJ/CSLL** – Exigência de IRPJ/CSLL sobre valores supostamente excluídos de maneira indevida, a título de juros sobre o capital próprio, da apuração do lucro real nos anos de 2015 a 2018, no montante de R\$ 750.992.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 5.700.000 representado por 2.668.174.120 ações ordinárias todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações, líquidas das ações em tesouraria, em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de 2.668.168.278.

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os saldos relacionados à remuneração baseada em ações e ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 10.646.

c. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior e ganhos atuariais com benefícios pós-emprego. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Variação cambial sobre investimento no exterior	1.051.777	1.052.216
Resultado com instrumentos sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(556.907)	(556.907)
Ganhos atuariais com benefício pós-emprego, líquido	3.865	5.365
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(316)	(1.370)
Total	<u>498.419</u>	<u>499.304</u>

d. Reserva de lucros – legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido para cálculo da reserva legal corresponde àquele apresentado de acordo com o plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) emitido pelo BACEN. O saldo da reserva

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

legal em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.140.000, sendo que o limite de constituição de 20% foi atingido em outubro de 2020.

e. Reserva de lucros – orçamento de capital

A reserva de orçamento de capital totaliza o montante de R\$ 1.899.521 em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2025 foram apreciadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em 30 de abril de 2025.

f. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social assegura a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de, ao menos, 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada período. Ainda, em conformidade com as Leis nº 9.430/96 e nº 9.249/95, artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de juros sobre o capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

O saldo remanescente de lucro líquido do período societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, sendo que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

Em reunião do Conselho de Administração, em 25 de junho de 2025, foi aprovado o pagamento parcial dos dividendos declarados na reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de setembro de 2024, no montante de R\$ 405.000, pagos em 30 de junho de 2025, permanecendo em aberto o saldo restante dos dividendos, no montante de R\$ 3.415.000.

g. Capital regulatório

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu enquadramento, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A gestão de capital é definida com o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia.

A Resolução BCB nº 198/22 determina que as instituições de pagamentos devem manter, permanentemente, montante de (PRIP) - Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 12% em 2025. O patrimônio mínimo requerido é destinado à cobertura dos riscos associados:

I - Aos serviços de pagamento prestados; e

II - Às demais atividades exercidas.

Em 30 de junho de 2025, o patrimônio de referência é de R\$ 3.211.790, que é superior ao patrimônio mínimo requerido de R\$ 2.706.091. O Índice de Basileia da Companhia é de 14%, demonstrando a solidez de sua estrutura de capital frente aos riscos assumidos.

h. Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre práticas contábeis IFRS e COSIF

Apresentamos a reconciliação entre as práticas contábeis COSIF e IFRS do patrimônio líquido em comparação ao semestre findo em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro 2024 e do resultado consolidado em comparação aos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do trimestre		Lucro líquido do semestre	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Saldos em COSIF	13.345.099	17.211.373	347.696	460.046	812.352	1.038.620
Participação de terceiros em Fundos de Investimento (a)	(710.367)	(5.265.192)	-	-	-	-
Outros (b)	25.965	22.991	-	38	-	290
Saldos em IFRS	12.660.697	11.969.172	347.696	460.084	812.352	1.038.910

(a) Participações de terceiros em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e em Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (FICs), anteriormente apresentadas no passivo circulante e não circulante, conforme Instrução Normativa BCB nº 430/23 passaram a ser registradas diretamente no patrimônio líquido, especificamente na rubrica de “acionistas não controladores” em COSIF.

(b) Composto por: i) ágio de controlada não amortizado de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; e ii) contratos de aluguéis prediais e lojas, registrados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial e amortizados de acordo com o período de duração dos contratos conforme CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Em conformidade com a

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Resolução BCB 178/22, a partir de 1º de janeiro de 2025, os saldos passaram a ser registrados conforme o CPC 06 (R2) – Arrendamentos também em COSIF.

17 Lucro líquido por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações (desconsideradas as mantidas em tesouraria) com os montantes utilizados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Trimestre		Semestre	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	276.374	385.606	671.171	888.939
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.668.168	2.697.540	2.668.168	2.695.894
Lucro por ação (em R\$) – básico	0,10358	0,14295	0,25155	0,32974

Lucro por ação diluído

	Trimestre		Semestre	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	276.374	385.606	671.171	888.939
Denominador diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.668.168	2.697.540	2.668.168	2.695.894
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de ações	-	14.552	-	14.552
Total (em milhares)	2.668.168	2.712.092	2.668.168	2.710.446
Lucro por ação (em R\$) – diluído	0,10358	0,14218	0,25155	0,32797

18 Receita líquida

	Trimestre		Semestre	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receita operacional bruta	3.041.745	2.805.488	5.949.708	5.706.223
Impostos sobre a receita	(326.955)	(326.371)	(642.981)	(663.882)
Total	2.714.790	2.479.117	5.306.727	5.042.341

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard e do aluguel de equipamentos de captura.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

19 Gastos por natureza

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Trimestre		Semestre	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Gastos com aquisição	(1.412.701)	(1.239.873)	(2.766.869)	(2.464.514)
Gastos com pessoal	(457.640)	(409.521)	(907.515)	(825.598)
Depreciações e amortizações	(228.946)	(220.715)	(458.423)	(440.392)
Vendas, marketing e afiliação de clientes	(129.076)	(80.916)	(225.218)	(158.080)
Serviços profissionais	(68.295)	(80.196)	(146.942)	(158.226)
Diversos, líquido	29.337	60.164	192.426	41.313
Total	(2.267.321)	(1.971.057)	(4.312.541)	(4.005.497)
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(1.613.362)	(1.437.292)	(3.177.865)	(2.848.527)
Pessoal	(387.279)	(336.794)	(773.284)	(699.675)
Gerais e administrativas	(107.729)	(103.991)	(222.844)	(207.107)
Vendas e marketing	(92.949)	(43.827)	(152.570)	(76.945)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(66.002)	(49.153)	14.022	(173.243)
Total	(2.267.321)	(1.971.057)	(4.312.541)	(4.005.497)

Os gastos com aquisição são, substancialmente, representados por despesa com captura e processamento de operações, de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes e serviços de telecomunicações.

Abaixo, demonstramos as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Trimestre		Semestre	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (a)	(34.854)	(29.150)	(66.350)	(116.505)
Reversão (gastos) com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquidos (b)	(21.064)	(12.939)	73.602	(28.725)
Provisão e perda de imobilizado	(8.064)	(18.245)	(11.187)	(37.277)
Outras	(2.020)	11.181	17.957	9.264
Total	(66.002)	(49.153)	14.022	(173.243)

- (a) As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa são provenientes, principalmente, por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, às perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais e demais perdas operacionais.
- (b) No primeiro semestre de 2025, com base na opinião dos assessores legais, a Companhia reverteu a provisão referente ao ISS incidente sobre a receita de terceiros, no contexto do fluxo financeiro dos arranjos de pagamentos e que estava sendo provisionado.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

20 Compromisso

Com base nos contratos vigentes, o Grupo Cielo possui compromissos futuros estimados (itens não registrados no balanço patrimonial):

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores são os seguintes:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Até 1 ano	444.088	466.451
De 1 a 5 anos	669.914	327.369
Total	<u>1.114.002</u>	<u>793.820</u>

21 Gastos com pessoal

	<u>Trimestre</u>		<u>Semestre</u>	
	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Salários, encargos e outros	(277.081)	(254.652)	(562.022)	(506.394)
Benefícios com empregados (a)	(83.075)	(66.607)	(158.700)	(132.887)
Participação nos resultados (b)	(60.965)	(57.489)	(120.922)	(113.455)
Incentivo de longo prazo (c)	(24.137)	(21.665)	(38.313)	(54.159)
Remuneração dos administradores e conselhos (d)	(12.382)	(9.108)	(27.558)	(18.703)
Total	<u>(457.640)</u>	<u>(409.521)</u>	<u>(907.515)</u>	<u>(825.598)</u>

- (a) Correspondem a seguro saúde, assistência odontológica, vale refeição, plano de previdência complementar denominado Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida), seguro de vida, de acidentes pessoais e outros. Além disso, a Companhia possui um Programa de Educação Corporativa, que inclui ações de desenvolvimento dos colaboradores.
- (b) O Grupo Cielo concede participação nos resultados a seus colaboradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.
- (c) São planos de remuneração liquidados em dinheiro para os diretores estatutários e empregados elegíveis. Os planos estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração.
- (d) O saldo corresponde à remuneração fixa, variável e verbas rescisórias de executivos, conselheiros administrativos e fiscais, líquido de impostos. A remuneração global anual dos Administradores e Conselho Fiscal, aprovada em Assembleia em 30 de abril de 2025, é de R\$ 86.028, líquido de encargos, sendo: (i) R\$ 954 para o Conselho Fiscal; e (ii) R\$ 85.074 para os Administradores.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Benefícios pós-emprego

O Grupo Cielo possui um passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2025 é de R\$ 12.655 (R\$ 11.286 em 31 de dezembro de 2024).

As taxas utilizadas no período foram: taxa de desconto nominal de 6,7% a.a., com índice de inflação de 4,0% a.a., gerando uma rotatividade esperada de 17,0% a.a. e aposentadoria aos 60 anos. No patrimônio líquido, o saldo registrado em outros resultados abrangentes é de R\$ 3.865 (R\$ 5.365 em 31 de dezembro de 2024).

22 Resultado financeiro

	Trimestre		Semestre	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	86.304	48.539	177.815	118.732
Outras receitas financeiras	5.198	2.949	52.628	5.923
PLS e Cofins	(3.379)	(1.754)	(6.899)	(3.865)
Total	88.123	49.734	223.544	120.790
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos	(333.143)	(102.137)	(575.953)	(257.156)
Participação de terceiros em FIDCs	(56.461)	(152.999)	(220.849)	(364.545)
Atualização monetária de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(4.378)	3.768	27.310	(2.125)
Outras despesas financeiras	(24.913)	(26.326)	(44.848)	(55.685)
Total	(418.895)	(277.694)	(814.340)	(679.511)
Antecipação de recebíveis	412.764	315.556	842.337	687.551
Variação cambial	(10.984)	(1.695)	(31.576)	(5.058)
Total	71.008	85.901	219.965	123.772

23 Gestão de riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão, nos termos da Resolução BCB nº 198/22.

(a) Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

A Cielo mantém estrutura e governança de gerenciamento de riscos independentes, preservando e respeitando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e processos de identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos e um Código de Conduta Ética que estabelece os padrões de conduta esperados de Administradores (membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva), membros do Conselho Fiscal, colaboradores, estagiários e jovens aprendizes, para

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

as sociedades Controladas, acionistas, investidores, fornecedores e demais públicos com os quais a Cielo se relaciona.

A estrutura de gerenciamento de riscos mantém processos para o registro de eventos de riscos, que exige que tais eventos, materializados ou não, tenham planos de ação, com prazos e responsáveis; manutenção do inventário de riscos corporativos e avaliação periódica destes; mapeamento de riscos e testes de controles executados pela área de Controles Internos; monitoramento de transações, em busca de suspeitas de fraude, entre outros.

(b) Gestão de Risco de Crédito

A Cielo possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais. O gerenciamento desse risco é realizado de acordo com a natureza e porte das operações e dos produtos.

(b.1) Risco de Crédito da Contraparte - Risco Emissor

O nível de risco ao qual a Cielo está exposta depende dos volumes transacionados por emissor e o modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores e aos credenciadores, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão, conforme modelo interno.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Cielo solicita garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessários para a cobertura da sua exposição ao risco de crédito.

(b.2) Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos ou Subcredenciadores

A Cielo adota procedimentos de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Cielo. Ademais, a Cielo pode, conforme análise de risco realizada, solicitar garantias a eles.

(b.3) Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras ou boleto bancário. Quando há estimativa de perda, uma provisão é constituída.

(b.4) Risco de Crédito de Clientes - Chargeback e Vendas Diferidas

Caso a Cielo não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial, independentemente do motivo,

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

ou por meio de outra forma de cobrança, como o boleto, o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Para gerenciar a exposição a este risco, a Cielo monitora, periodicamente, o comportamento transacional e a saúde financeira destes clientes, com especial atenção para clientes que fazem a entrega do produto ou serviço em momento posterior àquele da autorização da operação (vendas diferidas).

(c) **Gestão de Riscos Operacionais**

A Cielo possui riscos decorrentes de sua operação. Para os referidos riscos, a Cielo adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para a sua mitigação, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Resolução BCB nº 198/22 e à Resolução BCB nº 260/22.

(d) **Gestão de Risco de Capital**

A estrutura de gerenciamento de riscos de capital da Cielo assegura crescimento sustentável com controle efetivo das operações, uso eficiente do capital e solvência da instituição. O processo envolve definição do apetite ao risco (RAS), monitoramento regulatório e contábil, projeções de capital alinhadas ao desempenho do negócio e governança fortalecida por fóruns e comitês internos, com acompanhamento periódico pelo Conselho de Administração.

A Cielo mantém patrimônio mínimo requerido, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, em valor superior ao requerimento mínimo de 12%, destinado a cobrir os riscos associados aos serviços de pagamento prestados e às demais atividades exercidas, apurado diariamente (vide nota explicativa nº 16h). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo Cielo.

(e) **Gestão de Risco de Liquidez**

A Cielo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos, que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Nesse contexto, o risco de liquidez é avaliado, diariamente, utilizando as métricas definidas no Plano de Contingência, que incluem projeções de fluxo de caixa e a mensuração do caixa mínimo necessário. Além disso, semestralmente, é realizado teste de estresse de liquidez com o objetivo de mensurar o nível de exposição ao risco de liquidez da Cielo e a sua capacidade de solvência.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(f) Gestão de Risco de Mercado

É gerenciado por meio do cálculo do VaR (*Value at Risk*) das posições financeiras da Cielo, avaliações de impacto de cenários de reajuste nos indicadores atrelados aos instrumentos financeiros passivos, acompanhamento da *duration* e atualização da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

(f.1) Risco de Taxa de Câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos nas políticas da Cielo.

A Cielo faz transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Cielo é feita em moeda estrangeira). A Cielo dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

(f.2) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Cielo está exposta, principalmente, ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta a sua conversão no fim de cada período de reporte para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio.

Em 30 de junho de 2025 e 2024, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria um aumento ou uma redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	30/06/2025			30/06/2024		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	701	1.753	3.505	163	408	816
Patrimônio Líquido	292	730	1.460	360	899	1.798

(f.3) Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo Cielo aplica os seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo Cielo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(f.4) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo Cielo são, principalmente, afetados pelas variações na taxa DI (fonte: B3). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	30/06/2025			30/06/2024		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	(24.684)	(61.710)	(123.420)	(13.842)	(34.606)	(69.212)

(g) Gestão de Risco de Lavagem de Dinheiro e do Financiamento ao Terrorismo

A Cielo adota procedimentos de avaliação interna, com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços e realização de negócios na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo, em consonância com a legislação nacional e regras dos arranjos de pagamentos aos quais faz parte, conforme atribuições definidas em normativos internos.

(h) Gestão de Risco de Conformidade

A análise do risco de conformidade é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Este risco pode ser identificado no decorrer das atividades diárias, monitorado pelas áreas de negócio e suporte, pela equipe de *Compliance*, pela área de Controles Internos, por todas as áreas da Cielo por meio do registro de ocorrências de riscos, durante a avaliação de produtos e serviços, no monitoramento das perdas operacionais e pela equipe de Auditoria Interna. Essas ações visam assegurar a conformidade da Cielo aos instrumentos normativos internos, às modificações no ambiente regulatório externo e às regras estabelecidas pelos instituidores de arranjo de pagamento (“bandeiras”).

(i) Gestão de Risco Social, Ambiental e Climático

A Cielo mapeia e gerencia os aspectos e impactos sociais, ambientais e climáticos de seus processos, operações, produtos e serviços, incluindo colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, buscando atingir os objetivos descritos na política de sustentabilidade e no código de conduta ética. Esses riscos são analisados por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(j) **Gestão de Risco de Reputação**

Decorre da percepção negativa sobre a Cielo por parte de clientes, parceiros, fornecedores, acionistas, controladas, mídia, influenciadores sociais, investidores e reguladores. Este risco pode se materializar em decorrência da materialização de outros eventos de riscos.

O processo de gestão do risco reputacional envolve: identificação por todas as áreas da Cielo, avaliação e mensuração das perdas operacionais, resposta e monitoramento do risco reputacional, e acompanhamento diário dos indicadores de risco reputacional com reportes mensais compartilhados e reportes semestrais para a Administração.

(k) **Gestão de Risco de Estratégico**

A análise do risco estratégico é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

O risco de estratégia pode ser oriundo de: mudanças na demanda e preferências dos estabelecimentos comerciais, mudança legal e normativa, pressão competitiva, incluindo a entrada de novos concorrentes, alterações nos segmentos prioritários, mudanças tecnológicas, novas tendências de mercado, aquisição, fusão e demais operações societárias de empresas, alteração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração e pressão das partes interessadas para que a Cielo realize, deixe de realizar ou altere a forma como realiza determinada atividade.

A área de riscos, com o apoio das áreas responsáveis pela (i) gestão da estratégia, (ii) gestão da sustentabilidade e (iii) gestão da continuidade do negócio, identifica os riscos emergentes e estratégicos que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos da Cielo ou que possam afetar de maneira adversa os demais riscos corporativos da Cielo.

(l) **Gestão de Riscos Emergentes**

Os principais riscos emergentes identificados pela Cielo são aqueles que levam à possível desintermediação dos produtos de adquirência, no longo prazo, ou que afetem de modo relevante a continuidade e a segurança dos seus negócios.

A Cielo possui um processo para identificar, monitorar e reportar riscos emergentes, baseando-se em *benchmarkings* e boas práticas de mercado.

(m) **Gestão de Riscos Cibernéticos**

Por estar inserida no meio digital, a Cielo está susceptível a riscos cibernéticos, havendo a probabilidade de ocorrer um evento adverso que pode comprometer a

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

confidencialidade, integridade ou disponibilidade de informações críticas, sistemas e infraestrutura de tecnologia da informação.

Em função disso, adotamos uma Política de Segurança da Informação em conformidade com a Resolução BCB nº 85/21, de modo a controlar e mitigar os riscos oriundos a ameaças digitais às quais o negócio está exposto.

24 Transações e saldos com partes relacionadas

O Grupo Cielo, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. O Grupo Cielo acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado. As partes relacionadas são compostas por Bradesco e Banco do Brasil.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, discriminados por modalidade de contrato das operações com partes relacionadas em que o Grupo Cielo participa, bem como as movimentações relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos		
Disponibilidades e instrumentos financeiros (a)	484.989	279.085
Contas a receber operacionais (b)	23.693.280	24.841.986
Contas a receber com partes relacionadas (c)	991.220	1.038.744
(Passivos)		
Empréstimos e financiamentos	-	(2.048)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(7.981)	(26.627)
Contas a pagar com partes relacionadas (c)	(590.409)	(496.125)
	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Receitas		
Receitas de aplicações financeiras (a)	21.213	16.859
Receitas de prestação de outros serviços (f)	8.975	9.133
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	8.832	12.641
Outras receitas (i)	26.611	-
(Despesas):		
Despesas financeiras (d)	(19.786)	(79.609)
Despesas com benefícios (h)	(92.550)	(82.501)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (c)	(21.151)	(20.734)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(72.649)	(81.136)
Outras despesas operacionais	(136)	(285)

- a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras em bancos ligados.
- b) Os valores a receber referem-se, substancialmente, aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores Banco do Brasil e Bradesco, decorrentes das transações realizadas com cartões.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- c) Os valores a receber se referem, substancialmente, aos montantes que devem ser liquidados pelo emissor Banco do Brasil à Cateno, decorrentes das transações realizadas com cartões. Os saldos de contas a pagar se referem à prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento no Arranjo de Pagamento Ourocard, bem como a saldos de dividendos a pagar.
- d) Correspondem a captação de recursos para capital de giro por meio de uma linha de crédito via CCB (Cédula de Crédito Bancário) e empréstimos junto aos bancos acionistas.
- e) Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes com o objetivo de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus à remuneração de 10 pontos-base sobre o volume elegível. O volume elegível, incluindo o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN (*Value Added Network*) e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.
- f) Corresponde à disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelo Bradesco de transações realizadas com cartões por ele emitidos, bem como a cobrança do serviço de exibição de QR Codes e de recebimento Pix e os respectivos status da transação nos meios de captura Cielo.
- g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto ao Banco do Brasil e Bradesco, que sublocam os equipamentos para os seus clientes.
- h) Benefícios contratados com o Banco do Brasil e Bradesco (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência complementar).
- i) Corresponde ao ressarcimento de gastos pelo Banco do Brasil à controlada Cateno.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, o Grupo Cielo mantém outros contratos de prestação de serviços contratados com os principais parceiros, a saber:

- Participação de credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo;
- Serviços de utilização da rede credenciada Cielo ("*Value Added Network* – VAN" e prestador de serviço de rede "PSR");

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- Serviços de “cash management”;
- Seguros contratados;
- Cartão de crédito corporativo e de benefícios;
- Serviços de pagamento a fornecedores;
- Concessão de pontos Niveló;
- Serviços de representação junto à Nuclea;
- Escrituração de ações da Companhia;
- Serviços operacionais - programa de emissão de ações;
- Serviços de escrituração e gestão de títulos e valores mobiliários;
- Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados;
- Credenciamento ao sistema Cielo;
- Incentivo ao desenvolvimento e atualização tecnológica;
- Serviços de gestão transacional; e
- Cessão de recebíveis.

25 Informações por segmento de negócio

O Grupo Cielo detém dois tipos de negócios: (i) prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e de débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos; e (ii) gestão de transações oriundas das operações de cartões de crédito e de débito, dentre elas a emissão de cartões, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos à gestão de contas de pagamentos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Companhia possui, majoritariamente, operações realizadas no Brasil.

O quadro abaixo reflete as aberturas das demonstrações do resultado em: Cielo Brasil (empresas Controladas, diretamente ligadas a operação da Cielo), que consolidam as operações das empresas Cielo, Servinet, Aliança, FIDCs e Stelo. As operações da controlada Cateno são referenciadas por “Gestão de contas de pagamento” e “demais empresas” correspondem ao resultado da Controlada Cielo USA.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Trimestre							
	30/06/2025				30/06/2024			
	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado
Receita operacional líquida	1.528.679	1.186.111	-	2.714.790	1.419.501	1.059.616	-	2.479.117
Custo dos serviços prestados	(715.158)	(672.434)	-	(1.387.592)	(672.632)	(546.890)	-	(1.219.522)
Depreciação e amortização	(129.305)	(96.465)	-	(225.770)	(121.295)	(96.475)	-	(217.770)
Lucro Bruto	684.216	417.212	-	1.101.428	625.574	416.251	-	1.041.825
Despesas operacionais	(561.252)	(88.496)	(1.034)	(650.782)	(473.545)	(56.447)	(828)	(530.820)
Depreciação e amortização	(2.891)	(286)	-	(3.177)	(2.649)	(296)	-	(2.945)
Lucro Operacional	120.073	328.430	(1.034)	447.469	149.380	359.508	(828)	508.060
Resultado financeiro	37.412	33.178	418	71.008	66.669	18.921	311	85.901
Lucro antes dos impostos	157.485	361.608	(616)	518.477	216.049	378.429	(517)	593.961
Imposto de Renda e Contribuição Social	(46.914)	(123.867)	-	(170.781)	(3.709)	(130.168)	-	(133.877)
Lucro líquido	110.571	237.741	(616)	347.696	212.340	248.261	(517)	460.084
Atribuído a:								
Acionistas controladores	110.571	166.419	(616)	276.374	212.340	173.783	(517)	385.606
Acionistas não controladores	-	71.322	-	71.322	-	74.478	-	74.478

	Semestre							
	30/06/2025				30/06/2024			
	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado
Receita operacional líquida	3.002.133	2.304.594	-	5.306.727	2.943.149	2.099.192	-	5.042.341
Custo dos serviços prestados	(1.404.290)	(1.321.278)	-	(2.725.568)	(1.344.485)	(1.070.244)	-	(2.414.729)
Depreciação e amortização	(259.365)	(192.932)	-	(452.297)	(240.840)	(192.958)	-	(433.798)
Lucro Bruto	1.338.478	790.384	-	2.128.862	1.357.824	835.990	-	2.193.814
Despesas operacionais	(990.638)	(136.337)	(1.574)	(1.128.549)	(1.037.037)	(112.078)	(1.261)	(1.150.376)
Depreciação e amortização	(5.548)	(579)	-	(6.127)	(5.906)	(688)	-	(6.594)
Lucro Operacional	342.292	653.468	(1.574)	994.186	314.881	723.224	(1.261)	1.036.844
Resultado financeiro	158.924	60.093	948	219.965	86.101	36.927	744	123.772
Lucro antes dos impostos	501.216	713.561	(626)	1.214.151	400.982	760.151	(517)	1.160.616
Imposto de Renda e Contribuição Social	(158.842)	(242.957)	-	(401.799)	138.541	(260.247)	-	(121.706)
Lucro líquido	342.374	470.604	(626)	812.352	539.523	499.904	(517)	1.038.910
Atribuído a:								
Acionistas controladores	342.374	329.423	(626)	671.171	539.523	349.933	(517)	888.939
Acionistas não controladores	-	141.181	-	141.181	-	149.971	-	149.971

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado
Total do saldo patrimonial em 30/06/2025	99.750.164	9.860.603	2.922	109.613.689
Total do saldo patrimonial em 31/12/2024	102.841.786	9.801.823	3.984	112.647.593

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

26 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Companhia. No quadro abaixo, estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos dos semestres, findos em 30 de junho de 2025 e 2024, que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Benefício pós-emprego	(1.500)	-
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	641	(550)
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	(438)	494
Juros sobre o capital próprio propostos	-	390.999

27 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2025, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil geral	20.000
Seguro D&O	250.000
Bens e ativos	38.048
Ataque Cibernético	25.000
Armazenagem de máquinas, móveis e utensílios	108.800
Transporte de máquinas e equipamentos	2.500
Frota de veículos	2.527

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

Em observância às disposições constantes na Resolução nº 80, de 29 de março de 2022, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (“Resolução CVM nº 80/22”), a Diretoria-Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2025, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (“Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2025 - IFRS”).

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes na Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria-Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2025 (“Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2025 - IFRS”), sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame dos Comentários da Administração sobre o desempenho da Companhia e de suas Demonstrações Contábeis Consolidadas, referentes ao trimestre e ao semestre findos em 30 de junho de 2025, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, e por unanimidade, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das respectivas práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia, estando em condição de serem apreciadas e deliberadas.

Barueri, 04 de agosto de 2025.

ANALaura NEVES DE MORAIS GONTIJO

MARCOS APARECIDO GALENDE

GISELE BARBOSA PESSOA

HERCULANO ANÍBAL ALVES

The image features a large, stylized 'C' shape in the upper left corner, composed of a bright blue circle and a dark blue circle. The word 'cielo' is written in white lowercase letters across the bright blue circle. The background is a high-angle, blue-tinted photograph of a dense urban cityscape with many skyscrapers and buildings, extending to a range of mountains in the distance under a clear sky.

cielo

Relatório Semestral do
Comitê de Auditoria
2025



Relatório Resumido do Comitê de Auditoria – 1º Semestre de 2025

1. Sobre o Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”) é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 14 de dezembro de 2022 (“Regimento Interno”), o Comitê é composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos, com mandato unificado de 02 (dois) anos e permitida a reeleição. Os membros pertencentes ao quadro atual do Comitê, atualmente em número de 04 (quatro), foram eleitos pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 29 de maio e 18 de setembro de 2024, com mandato unificado de 02 (dois) anos, isto é, até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”) referentes ao exercício social de 2025.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas: **(i)** pela Administração; **(ii)** pela auditoria interna; **(iii)** pelos auditores independentes; **(iv)** pelos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos; **(v)** pelos executivos da Companhia; e **(vi)** pelas próprias análises do Comitê, decorrentes de observação direta.

O Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. No primeiro semestre de 2025, o Comitê realizou 02 (duas) sessões ordinárias e 06 (seis) sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, contabilidade, tesouraria, auditoria interna, auditores independentes, além de diretores estatutários e executivos de diversas áreas da Companhia.

Importante destacar que em todas as reuniões os membros do Comitê se reuniram com o líder da auditoria interna e trimestralmente com os auditores independentes.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são disponibilizadas aos membros do Conselho as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês, o *status* do plano de trabalho da auditoria interna, os resultados dos trabalhos de auditoria, suas principais conclusões, recomendações e providências tomadas pela Administração e uma visão abrangente sobre as denúncias registradas no Canal de Ética.

Dentre as atividades realizadas durante o 1º semestre de 2025, cabe destacar a abordagem a respeito dos seguintes temas: **(a)** recomendação de aprovação dos ajustes propostas às políticas de: **(a.i)** gestão de riscos corporativos e controles internos; **(a.ii)** *compliance*; **(a.iii)** anticorrupção; e **(a.iv)** auditoria interna; **(b)** aprovação do: **(b.i)** relatório anual e semestral do Comitê a ser apresentado com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e Relatório da Administração Semestrais e Anuais (COSIF); e **(b.ii)** relatório anual e semestral do Comitê a ser apresentado com as Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais (IFRS), ambos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; **(c)** recomendação de aprovação para a contratação de auditoria independente para prestação dos seguintes serviços durante o exercício de 2025: **(c.i)** auditoria das demonstrações contábeis anuais e semestrais e emissão dos respectivos relatórios; **(c.ii)** revisão das informações contábeis intermediárias (“ITR”); **(c.iii)** revisão eletrônica da escrituração Contábil Fiscal - ECF 2024 (ano calendário 2024) para a Companhia e suas



controladas, a saber: Aliança Soluções e Meio de Pagamento Ltda. (“Aliança”), Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”) e Stelo S.A. (“Stelo”); **(c.iv)** emissão dos relatórios do conglomerado prudencial; e **(c.v)** avaliação da aderência da Cielo à Resolução nº 352, de 23 de novembro de 2023, emitida pelo BCB (“Resolução BCB nº 352/23”); **(d)** acompanhamento do processo e recomendação de aprovação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as: **(d.i)** Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, Semestrais e Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com o padrão contábil COSIF das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (“BCB”), normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e regulamentações complementares do BCB; e **(d.ii)** Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB; **(e)** acompanhamento do processo e recomendação de aprovação das Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2025; **(f)** recomendação de aprovação dos ajustes ao plano de trabalho bienal da auditoria interna referente aos exercícios de 2025 e 2026; **(g)** recomendação de aprovação do relatório anual da auditoria interna referente ao exercício de 2024; **(h)** recomendação de aprovação dos ajustes ao orçamento da auditoria interna e do Comitê de Auditoria referente ao exercício de 2025; **(i)** análise e discussão dos resultados dos principais trabalhos realizados pela auditoria interna; **(j)** acompanhamento do reporte das denúncias recebidas através do Canal de Ética; **(k)** acompanhamento dos ofícios e comunicações de órgãos reguladores recebidos pela Companhia e das respectivas respostas apresentadas; **(l)** acompanhamento das provisões judiciais e contingências cíveis, trabalhistas e tributárias; **(m)** análise: **(m.i)** do relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e dispositivos legais e regulamentares (“Relatório CCI”), elaborado em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, nos termos da Resolução nº 130, de 20 de agosto de 2021, emitida pelo BCB (“Resolução BCB nº 130/21”); e **(m.ii)** dos planos de ações decorrentes dos apontamentos constantes no Relatório CCI; **(n)** análise: **(n.i)** do relatório de avaliação de efetividade dos processos e controles da Companhia, conforme disposto na Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, emitida pelo BCB (“Circular BCB nº 3.978/20”) referente ao exercício de 2024 e do resumo das principais fragilidades identificadas no referido relatório; e **(n.ii)** do relatório de acompanhamento das ações declaradas no relatório de avaliação de efetividade, em consonância ao disposto no inciso II, alíneas “a” e “b”, do §2º do artigo 62 da Circular BCB nº 3.978/20; e **(o)** análise dos relatórios trimestrais de prevenção a fraudes, em conformidade com a Resolução nº 142, de 23 de setembro de 2021, emitida pelo BCB (“Resolução BCB nº 142/21”).

2. Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao 1º semestre de 2025 e Relatório do Conglomerado Prudencial referentes ao 1º semestre de 2025

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise: **(i)** das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo BCB (“COSIF”), normas e instruções da CVM e regulamentações complementares do BCB referentes ao 1º semestre de 2025, findo em 30 de junho de 2025 (“Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas 1º Sem 2025 em COSIF”); e demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB referentes ao 1º semestre de 2025, findo em 30 de junho de 2025 (“Demonstrações Contábeis Consolidadas 1º Sem 2025 em IFRS”); **(ii)** das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com o padrão contábil COSIF das instituições reguladas pelo BCB, normas e instruções da CVM e regulamentações complementares do BCB referentes ao 2º trimestre de 2025, findo em 30 de junho de 2025 (“ITR 2º Tri Individual 2025 em COSIF”); e informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB referentes ao 2º trimestre de 2025, findo em 30 de junho de 2025 (“ITR 2º Tri 2025 Consolidado em”).



IFRS”); e **(iii)** do relatório do conglomerado prudencial referente ao 1º semestre de 2025, findo em 30 de junho de 2025, elaborado de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, emitida pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do BCB (“Relatório do Conglomerado Prudencial 1º Sem 2025”) e, tendo em vista às informações prestadas pela Administração da Companhia e pela auditoria independente, bem como às atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o 1º semestre de 2025, recomendam, por unanimidade, a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia: **(a)** das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas 1º Sem 2025 em COSIF e das Demonstrações Contábeis Consolidadas 1º Sem 2025 em IFRS; **(b)** do ITR 2º Tri 2025 Individual em COSIF e ITR 2º Tri 2025 Consolidado em IFRS; e **(c)** do Relatório do Conglomerado Prudencial do 1º Sem 2025.

Barueri, 18 de julho de 2025.

Paulo Henrique Andolhe
Coordenador do Comitê de Auditoria

Antônio Gustavo Matos do Vale¹
Membro do Comitê de Auditoria

Ângela Beatriz de Assis
Membro do Comitê de Auditoria

Jorge Andrade Costa
Membro do Comitê de Auditoria

¹ Considerando o término do mandato do Sr. **Jânio Carlos Endo Macedo** em 29 maio de 2024, o Sr. **Antônio Gustavo Matos do Vale** foi eleito como o seu substituto em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de setembro de 2024.